

Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

Cadernos CRIS – Fiocruz : Panorama da Resposta à COVID-19 pela OEA

Informe nº25:

Período de 16 de junho a 29 de julho



Fonte: <https://www.prensalatina.com.br/index.php?o=rn&id=30509&SEO=numero-de-doentes-e-falecidos-nas-americas-aumenta-devido-ao-covid-19>

Produção de Luana Bermudez, Presidência/Fiocruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



Sumário

- 3 Resposta da OEA à COVID-19 (Início da pandemia até 16 de junho de 2020)**

- 13 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 17 a 22 de junho de 2020)**

- 16 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 23 a 30 de junho de 2020)**

- 19 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 01 a 07 de julho de 2020)**

- 21 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 08 a 14 de julho de 2020)**

- 23 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 15 a 22 de julho de 2020)**

- 26 Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 23 a 28 de julho de 2020)**

Resposta da OEA à COVID-19 (Início da pandemia até 16 de junho de 2020)

Luana Bermudez

Desde o início da propagação do SARS-Cov2 nas Américas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem estado ativa no desenvolvimento de uma resposta à pandemia através de seus diversos órgãos, como a Secretaria Geral, o Conselho Permanente, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento integral, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Mulheres, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento, além, é claro, da Organização Pan-Americana da Saúde, que também é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano.

Secretaria Geral (SG)

<http://www.oas.org/pt/>

No início de abril, a Secretaria Geral fez um comunicado sobre a situação das populações indígenas durante a pandemia, instando aos Estados membros que dediquem atenção especial à este grupo com o objetivo de mitigar o impacto social e econômico nesta população considerando sua dupla situação vulnerável, que é decorrente de uma marginalização histórica e a vida em territórios isolados geograficamente.

Além disso, a Secretaria Geral também publicou um *Guia Prático de Respostas Inclusivas e com Enfoque de Direitos perante a COVID-19 nas Américas*, com o fim de orientar os Estados membros a implementar respostas com enfoque nos direitos humanos, inclusivas e acessíveis. (http://www.oas.org/es/sadye/publicaciones/GUIA_SPA.pdf)

No dia 27 de maio, Luis Almagro, diplomata uruguaio, iniciou seu segundo mandato como Secretario Geral da OEA. Almagro concorreu ao cargo contra María Fernanda Espinosa, ex-ministra de relações exteriores e de Defesa do Equador, e foi reeleito no dia 20 de março com 23 dos 34 possíveis votos dos membros ativos da organização. O diplomata teve forte apoio dos Estados Unidos e demonstrou grande oposição aos governos de Cuba, Nicarágua e Venezuela em seu primeiro mandato. Em seu discurso de posse, Almagro reiterou o grande desafio de apoiar os países no combate à pandemia de COVID-19, seu compromisso na luta contra a desigualdade na região e ressaltou que seu foco no segundo mandato seria a normalização da democracia na região.

No início de junho, a SG fez um convite à sociedade em geral, incluindo cidadãos, servidores públicos, sociedade civil, entre outros, para participação no Portal de Consultas, Fóruns e Repositório durante e após a pandemia (<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Inicio>). Este portal tem o objetivo de ser um fórum para propor ideias e iniciativas que possam ser implementadas, ouvir opiniões, debates e reflexões sobre os serviços prestados ao cidadão através de seminários e mesas redondas online, e um repositório de boas práticas na luta contra a COVID-19.

Já foram abordados diversos tópicos no portal como proteção da população em situação vulnerável; gênero na legislação de emergência; segurança cibernética; acesso à informação;

governança democrática; impacto da pandemia no tratamento de drogas, saúde mental e programas de uso de substâncias; entre outros. A seção de fóruns virtuais já possui mais de 60 eventos disponíveis em vídeo e o repositório possui mais de 100 iniciativas que estão sendo tomadas no âmbito da OEA, dos Estados membros, dos estados observadores, de outras organizações internacionais, além de estudos acadêmicos e pesquisas.

Além disso, a OEA publicou um *Guia para a ação política de enfrentamento à pandemia sob princípios democráticos* denominado “Carta Democrática Interamericana”. Este guia foi desenvolvido com o objetivo de promover os princípios democráticos como elementos essenciais para a restauração econômica e social e resposta às demais consequências da pandemia. O documento aborda a necessidade de proteção de grupos vulneráveis, como trabalhadores informais, de adoção de medidas transversais e de transparência nas atividades governamentais (<http://www.oas.org/documents/spa/press/La-CDI-Guia-de-accion-politica-para-la-pandemia-5.28.pdf>)

Conselho Permanente (CP)

<http://www.oas.org/es/council/>

O Conselho Permanente decidiu em sessão extraordinária virtual no dia 16 de abril que realizaria reuniões virtuais até que haja condições para que o órgão possa realizar sessões presenciais ([CP/RES. 1150 \(2280/20\)](#)). Além disso, aprovou também resolução [CP/RES. 1151 \(2280/20\)](#), intitulada “Resposta da OEA à pandemia da COVID-19”, que destaca a necessidade de união frente a esta crise sem precedentes, de fortalecimento da cooperação e solidariedade entre os Estados membros (intercâmbio de informações, conhecimentos científicos, lições aprendidas e melhores práticas), de priorização da prevenção da violência de gênero e de toda forma de discriminação (racismo e xenofobia), e da promoção da ação regional (<http://www.oas.org/en/cim/docs/CP42233S06-EN.pdf>).

Desde então o Conselho Permanente teve algumas sessões virtuais extraordinárias de acordo com a solicitação de Estados membros ou da Secretaria Geral ou ordinárias. As sessões extraordinárias ocorreram nos dias 22 de abril, 20 de maio, 27 de maio e 10 de junho, conforme detalhamento abaixo:

1. Sessão extraordinária 22/04 - convocada pela Costa Rica com o objetivo de analisar a situação a pandemia na região e os desafios econômicos, que contou com a participação da OPAS, do BID e da Secretaria geral da OEA.
2. Sessão extraordinária 20/05 – convocada pelo Haiti com o objetivo de fazer uma exposição sobre a situação do país no contexto da COVID-19, ressaltando, entre outros aspectos, os desafios enfrentados pelo governo e as medidas de urgência que ele vem tomando em benefício da população.
3. Sessão extraordinária 27/05 – para a posse de Luis Almagro em seu segundo mandato como Secretário Geral da OEA

4. Sessão extraordinária 10/06 – sessão dedicada aos observadores permanentes para diálogo sobre cooperação, compartilhamento de informações e fortalecimento de parcerias – Espanha, Itália, França, Santa Sé, Japão, Suíça, Coreia, Reino Unido, Catar, União Europeia, e China (observadora interina). Os observadores compartilharam suas respostas nacionais.

Além disso, foram realizadas duas sessões ordinárias, em 13 e 27 de maio. Além de tratar de temas administrativos, também discutiram temas relacionados à pandemia. Na sessão de 13 de maio o Conselho publicou uma resolução adiando o Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, que seria realizado em junho, para outubro de 2020, e na sessão de 27 de maio a Junta Interamericana de Defesa fez uma apresentação sobre seu possível apoio na resiliência frente à pandemia.

Comissão Interamericana de Desenvolvimento Integral (CIDI)

<http://www.oas.org/es/cidi/>

Poucos dias depois da resolução da CP para a realização de reuniões virtuais, no dia 28 de abril a CIDI adotou a mesma resolução. Além disso, também aprovou um programa e trabalho da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) em resposta à COVID-19, considerando os desafios, oportunidades e compromissos dos Estados membros.

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

<http://www.oas.org/es/cim/COVID-19.asp>

A Comissão Interamericana de Mulheres lançou um documento sobre os impactos da pandemia nas vidas das mulheres, com o objetivo de gerar insumos para que os Estados membros possam desenvolver políticas inclusivas com foco nas necessidades das mulheres, fortalecer os espaços de defesa dos direitos das mulheres e garantir uma participação igualitária nos comitês de resposta à crise. O documento tem como temas centrais a tomada de decisão, a violência contra mulheres, os direitos econômicos das mulheres e a saúde, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

<http://www.oas.org/pt/cidh/>

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi criada em 1959 pela OEA e faz parte do Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos (SIDH), junto com a Corte que foi criada em 1979. Desde a chegada da epidemia na região, a comissão tem se mostrado bastante ativa. No dia 15 de março a CIDH publicou diretrizes para a proteção abrangente da saúde e dos direitos humanos contra a pandemia na região, com base na Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) e os outros mecanismos de monitoramento vigentes. Essas diretrizes focaram na questão da necessidade de medidas especiais serem tomadas para a garantia que os direitos dos cidadãos afetados pelas medidas de

controle, a necessidade de assegurar que as empresas garantissem os direitos humanos de seus trabalhadores e a necessidade de dar atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade, incluindo povos indígenas, camponeses, migrantes, pessoas privadas de liberdade, grupos sociais nas periferias das cidades e grupos econômicos negligenciados pelas redes de segurança social, pessoas com deficiência, pessoas com certas patologias e doenças, os idosos, e as crianças e adolescentes.

(<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/060.asp>)

Logo depois, a CIDH elaborou também um documento com cinco recomendações para a garantia e fortalecimento da livre circulação de informação durante a pandemia. O documento insta pela transparência de informação em relação a ameaça do vírus, pela necessidade de garantia de acesso a internet pela população, proteção dos jornalistas, combate às *fake news* e a proteção dos direitos individuais na utilização de ferramentas de tecnologia para a vigilância.

(<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=1170&IID=2>)

No fim do mês de março, a CIDH tomou um passo importante na resposta à pandemia e instalou uma Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à crise relacionada com a pandemia de COVID-19. A sala foi criada com o objetivo de dar continuidade e fortalecer a estratégia da CIDH de monitoramento aos impactos dos direitos humanos de populações e grupos vulneráveis no contexto da pandemia, podendo então trabalhar de maneira preventiva em situações que possam gerar impactos nos direitos humanos na região.

Uma das primeiras iniciativas e principais resultados da SACROI foi a elaboração da Resolução n. 01/2020 intitulada “Pandemia e Direitos Humanos nas Américas” adotada pela CIDH no dia 10 de abril. A resolução contém 85 recomendações aos Estados membros para que estes possam adotar um enfoque de direitos humanos em suas estratégias, políticas e medidas dirigidas ao enfrentamento da pandemia, incluindo os planejamentos de retomada de atividades e restauração econômica e social. Esta resolução é vista como um marco no direito à saúde na região das Américas. Dentre as diversas contribuições da resolução, cabe destacar a menção do direito à saúde como um direito independente e não apenas parte do direito à vida, ressaltando que é um bem público e responsabilidade dos estados, e o dever dos Estados de prover informação ampla e baseada em evidências.

(<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>)

A elaboração de um site foi outra importante iniciativa da SACROI, facilitando o acesso à informação sobre o monitoramento da CIDH de respostas adotadas pelos Estados membros e seus impactos nos direitos humanos. O site contém informação estratégica, boletins informativos diários sobre a situação regional, seminários virtuais e estatísticas sobre os casos de COVID-19 na região e no mundo. (http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/)



OEA » Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) » SACROI COVID-19

Medidas y Cronología de la pandemia Documentos Webinars Boletines Pronunciamento en redes sociales

SACROI COVID-19

La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) instaló su Sala de Coordinación y Respuesta Oportuna e Integrada a la crisis en relación con la pandemia del COVID-19 (SACROI COVID-19) para fortalecer las capacidades institucionales de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos para la protección y defensa de las libertades fundamentales y derechos humanos en este contexto, en especial del derecho a la salud y otros DESCA. [Comunicado 60/20]

La SACROI se ocupará de dar seguimiento cercano a la situación de los derechos humanos en contexto de la pandemia de COVID-19 reforzando la integralidad e



Fonte: http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/

Além da elaboração da resolução e do site, desde sua criação, a SACROI já emitiu mais de 20 comunicados de imprensa sobre a situação na região com enfoque temático ou de país, 52 boletins informativos com notícias da região em relação à pandemia, 5 foros sociais com a participação da sociedade civil de Estados membros, 11 seminários virtuais, entre outros.

Os seminários virtuais são realizados duas vezes por semana e já foram discutidos diversos temas como o papel da CIDH no contexto da pandemia; a situação dos direitos humanos na Venezuela; o papel das instituições nacionais de direitos humanos nesse contexto; o direito à saúde a partir da indivisibilidade e interdependência; situação dos direitos humanos dos povos indígenas; respostas nacionais ou oportunidades de cooperação; a situação dos direitos humanos dos idosos; a situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes; racismo e discriminação contra pessoas de ascendência africana nas Américas; situação dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade; e situação dos defensores dos direitos humanos no contexto da pandemia. (http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp)

Por fim, outra iniciativa importante da CIDH foi o lançamento do Sistema interamericano de monitoramento de recomendações (SIMORE Interamericano). O objetivo deste sistema é ser um mecanismo de prestação de contas, transparência e participação na supervisão das recomendações na região. Suas principais funções são permitir que os cidadãos façam buscas especializadas sobre as recomendações de resoluções, relatórios temáticos e medidas cautelares concedidas, e permitir que os usuários façam contribuições através do envio de informações sobre o seguimento de recomendações por parte dos Estados membros. (<https://www.oas.org/ext/es/derechos-humanos/simore/>)

english | español | français | Portugues

 **OEA** Más derechos para más gente **CIDH** Comisión Interamericana de Derechos Humanos

[Iniciar](#) [Registro](#)

[Acerca de la OEA](#) [Temas](#) [Socios Estratégicos](#) [Estados Miembros](#) [Centro de Noticias](#) [Documentos](#) [Rendición de Cuentas](#) [Calendario](#)

SIMORE Interamericano



Resoluciones



[Buscar Recomendaciones](#)

[Inicio](#) [Recomendaciones](#) [Información Relevante](#) [Sobre SIMORE](#) [Contáctenos](#)

Fonte: <https://www.oas.org/ext/es/derechos-humanos/simore/>

Abaixo a lista de comunicados de imprensa publicados pela CIDH e pela SACROI desde o início da pandemia na região (<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/comunicados.asp>):

- 19 de março – Os governos devem promover e proteger o acesso e a livre circulação de informações durante a pandemia.
- 20 de março – A CIDH e sua REDESCA instam a assegurar as perspectivas de proteção integral dos direitos humanos e da saúde pública frente à pandemia do COVID-19.
- 29 de março – A CIDH e sua REDESCA manifestam profunda preocupação pelos efeitos da pandemia COVID-19 na Venezuela e chamam a garantir os direitos das pessoas venezuelanas na região.
- 31 de março – A CIDH urge os Estados a garantir a saúde e a integridade das pessoas privadas de liberdade e de suas famílias diante da pandemia da COVID-19.
- 8 de abril – No contexto da pandemia de COVID-19, a CIDH insta os Estados a garantir os direitos das pessoas com deficiência
- 11 de abril – A CIDH faz um chamado aos Estados a incorporar a perspectiva de gênero na resposta à pandemia do COVID-19 e a combater a violência sexual e intrafamiliar neste contexto..
- 17 de abril – A CIDH insta os Estados da OEA a garantir que as medidas excepcionais adotadas para enfrentar a pandemia da COVID-19 sejam compatíveis com suas obrigações internacionais.
- 17 de abril – CIDH insta os Estados a proteger os direitos humanos dos migrantes, refugiados e pessoas deslocadas em face da pandemia de COVID-19

- 18 de abril – A CIDH e seu RELE expressam preocupação com as restrições à liberdade de expressão e acesso à informação na resposta do Estado à pandemia de COVID-19
- 20 de abril – A CIDH insta os Estados a garantirem os direitos das pessoas LGBTI em resposta à pandemia da COVID-19.
- 23 de abril – A CIDH insta os Estados a garantir os direitos dos idosos diante da pandemia de COVID-19
- 27 de abril – A CIDH alerta para as consequências da pandemia de COVID-19 em crianças e adolescentes.
- 28 de abril – A CIDH e sua REDESCA pedem aos estados da região que garantam os direitos das pessoas de ascendência africana e previnam a discriminação racial no contexto da pandemia da COVID-19.
- 1 de maio – Respeito pelo luto das famílias dos que morreram na pandemia de COVID-19
- 5 de maio – A CIDH insta os Estados a proteger e garantir o trabalho dos defensores dos direitos humanos em face da pandemia de COVID-19
- 6 de maio – A CIDH alerta sobre a vulnerabilidade especial dos povos indígenas à pandemia de COVID-19 e insta os Estados a tomar medidas específicas que sejam consistentes com sua cultura e respeito por seus territórios.
- 14 de maio – A CIDH e vários especialistas internacionais chamam a atenção para o sofrimento e a resiliência das pessoas LGBT durante a pandemia de COVID-19
- 16 de maio – CIDH insta os Estados a garantir os direitos do povo venezuelano que retorna à Venezuela em face da pandemia de COVID-19
- 2 de junho – A CIDH e sua REDESCA instam os Estados a proteger efetivamente as pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza nas Américas da pandemia de COVID-19
- 4 de junho – Indígenas amazônicos estão “em grave risco” frente à COVID-19, alertam ONU Direitos Humanos e CIDH.
- 9 de junho – A CIDH chama a garantir a vigência da democracia e do Estado de Direito no contexto da pandemia de COVID-19.

Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD)

<https://www.padf.org/covid19-response>

A FUPAD é uma entidade privada criada em 1962 que tem um acordo de cooperação com a OEA para o apoio de programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário Geral atua como presidente do Conselho Diretivo da fundação, que é composto por 25 líderes do setor privado da região. A fundação atua através de parcerias com organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos para apoiar os objetivos e prioridades da OEA. Banco Mundial, BID, USAID, etc.

Como a pandemia gerou uma importante crise na região, o FUPAD elaborou um planejamento de apoio à resposta nas seguintes áreas: saúde e meios de subsistência; justiça e segurança; democracia, governança e direitos humanos; refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes no México e na América Central; e educação virtual em ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas (STEM, sigla em inglês). É importante destacar que a FUPAD tem

quase 60 anos de experiência na região e já possui importantes parcerias com comunidades locais, sociedade civil e o setor público.

Saúde e meios de subsistência

	Nivel de la comunidad	Nivel del sistema de salud
Término corto	Prevención comunitaria y respuesta	Atención a pacientes en centros de salud
Plazo más largo	Mitigación del impacto social y económico en las comunidades y los medios de vida locales	Prestación de servicios de salud comunitarios de rutina para centros de salud sobrecargados

áreas en las que PADF **está preparada** para proporcionar servicios inmediatos
 áreas en las que PADF **no está preparada** para proporcionar servicios inmediatos

Fonte: <https://www.padf.org/covid19-healthandlivelihoods>

Ações concretas:

- Criação de redes da sociedade civil e promoção da coordenação entre os governos locais e as comunidades
- Fornecimento de insumos de higiene, como sabão, desinfetante e baldes
- Capacitação de grupos em situação vulnerável (trabalhadores informais)
- Apoio no acesso dos agricultores aos mercados e conexão com cadeias de suprimento
- Apoio à micro, pequenas e médias empresas subsídios de emergência, reembolsos de impostos, aluguéis e isenções de dívidas para empreendedores
- Implementação de programas de emergência para melhorar o acesso à atenção primária em saúde
- Fornecimento de equipamentos e suprimentos biomédicos
- Oficinas de apoio psicossocial à populações afetadas

Justiça e segurança

	Nivel de la comunidad	Nivel institucional
Término corto	Apoyar los esfuerzos de vigilancia comunitaria	Identificar la innovación en las prácticas judiciales y la gestión de instalaciones correccionales
Plazo más largo	Asociarse con las partes interesadas para mitigar el impacto negativo en las condiciones de seguridad y el acceso a la justicia dentro de las comunidades	Brindar asistencia técnica para ampliar las innovaciones críticas en el poder judicial y alentar a la fiscalía a trabajar de manera efectiva durante las crisis y emergencias

Fonte: <https://www.padf.org/covid19-justiceandsecurity>

Ações concretas:

- Treinamento e assistência técnica às agências policiais da região, para que funcionários e comunidades possam participar efetivamente das estratégias de prevenção do crime social.
- Treinamento e capacitação técnica com o judiciário para reduzir os atrasos

Democracia, governança e direitos humanos

	Nivel de la comunidad	Nivel institucional
Término corto	Sensibilizar a la comunidad y generar confianza sobre los derechos de salud y el acceso a los servicios	Asegurar que las respuestas del gobierno a la pandemia de COVID-19 sean efectivas, transparentes, éticas y responsables
A largo plazo	Reconstruir y fortalecer la cohesión e inclusión de la comunidad	Mejorar la capacidad de prestación de servicios públicos y la transparencia de las instituciones públicas

Fonte: <https://www.padf.org/covid19-democracygovernanceandhumanrights>

Ações concretas:

- Trabalho com comunidades e governos locais para a disseminação de informação confiável sobre o acesso aos serviços de saúde
- Monitoramento dos poderes executivo, legislativo e judiciário, documentação de violações dos direitos humanos e realização de atividades de promoção e sensibilização.
- Realização de atividades de construção comunitária que promovam o intercâmbio, interação e ação colaborativa
- Treinamento e assistência técnica a funcionários e servidores públicos

Refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes no México e na América Central

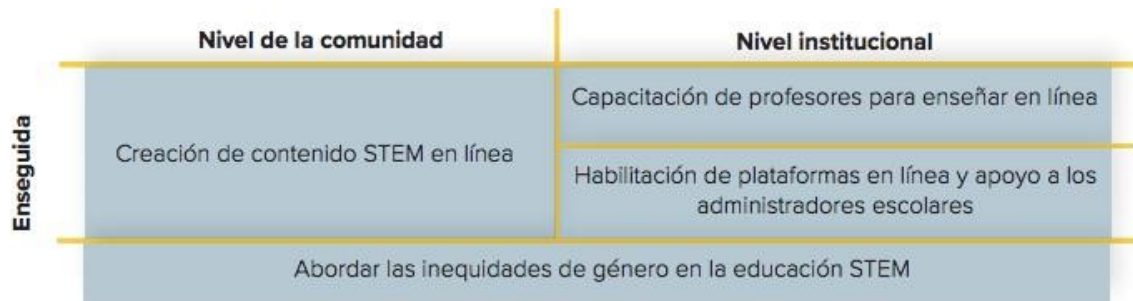
	Nivel de la comunidad	Nivel institucional
Término corto	Entregar suministros urgentemente necesarios	Desarrollar y apoyar la capacidad local para proporcionar servicios
Plazo más largo	Mitigar el impacto social y económico	Recopilar y compartir datos para mejorar las condiciones de los migrantes

Fonte: <https://www.padf.org/covid19-migrants>

Ações concretas:

- Apoio a iniciativas locais de promoção de oportunidades de emprego
- Apoio legal e psicossocial à organizações assegurar a proteção dos direitos dos migrantes

Educação STEM (Ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas, siglas em inglês) Virtual



Fonte: <https://www.pdf.org/covid19-stem>

Ações concretas:

- Disponibilização de recursos educativos online
- Apoio ao intercambio de conhecimento e educação à distância
- Promoção de estratégias com enfoque de gênero, priorizando o acesso de meninas e mulheres jovens à educação

Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 17 a 22 de junho de 2020)

Luana Bermudez

Conselho Permanente (CP) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

<https://www.youtube.com/watch?v=Lzp0PaKXo9A>

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=AVI-071/20

O Conselho Permanente (CP) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) realizaram uma reunião conjunta no dia 17 de junho com o tema de *Construção de resiliência após a Pandemia de Covid-19*. A reunião contou com a participação de 24 países membros, incluindo o Brasil, e começou com um painel de discussão de expertos. O painel teve a participação de:

- Dr. Justin Ram, Economista Independente e CEO da GSec e Justin Ram Advisory Services
- Sir George Alleyne, Diretor Emérito, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)
- Sr. Federico Villarreal, Diretor de Cooperação Técnica, Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA)
- Miguel Barreto, Diretor Regional para a América Latina e o Caribe, Programa Mundial para a Alimentação (PMA)
- Sra. Elizabeth Riley, Diretora Executiva Interina, Agência de Gestão de Emergências em Desastres do Caribe (CDEMA)

Os expertos levantaram diversos temas que acreditam ser relevantes para a construção de resiliência no contexto da pandemia, como a importância de uma abordagem regional; a importância da segurança alimentar; a inclusão de grupos em situação vulnerável nos programas de proteção social dos estados membros, como os migrantes e refugiados; a necessidade de uma estratégia integral de gestão de desastres; a necessidade de melhoria de oportunidades econômicas; a importância da proteção ambiental; proteção de infraestrutura; entre outros. Dentre os diversos temas mencionados, cabe destacar a menção à **garantia de sistemas de saúde resilientes**, ou seja, sistemas de saúde com a capacidade de absorver mudanças e manter o serviço de qualidade para a população mesmo durante e depois de crises. Este tema já é discutido há anos e sempre é levantado depois de surtos de doenças infecciosas, como no caso das epidemias de H1N1, Ebola, Chikungunya, Zika, e/ou depois desastres naturais que afetam o bem estar da população, como furacões, terremotos, enchentes, deslizamentos de terra, etc. Essas emergências acabam destacando deficiências estruturais importantes nos nossos sistemas de saúde, o que não foi diferente no caso da atual Pandemia de Covid-19. Uma importante diferença entre a emergência atual e as anteriores, é que essa afetou também sistemas de saúde considerados robustos de países de alta renda, como é o caso da Europa. O que nos leva a perceber a real importância de uma reflexão e discussão sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde.

O tema já foi levantado diversas vezes pela Diretora da OPAS, Carissa Etienne, em seus discursos em eventos internacionais. Em 2016, o 55º Conselho Diretivo da OPAS aprovou um documento intitulado “Sistemas de Saúde Resilientes” delineando uma série de esforços necessários para

garantir que os sistemas de saúde estejam preparados para futuras emergências de saúde pública com foco na cooperação técnica nas áreas de preparação para desastres, redução de riscos e resposta; vigilância de doenças e gestão de surtos; e saúde universal.

(<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2016/CD55-9-e.pdf>)

Depois da apresentação dos expertos, foi aberta a sessão para comentários dos países membros, que contou com a participação do Brasil. Os países reiteraram a importância da construção de resiliência durante e pós-pandemia para responder ao impacto desta crise multissetorial e multidimensional, ressaltaram a importância do multilateralismo e do papel da OEA no contexto da pandemia, e compartilharam o que seus governos vem implementando para mitigar estes impactos. Cabe destacar que a representante da Guatemala informou que está trabalhando em um projeto de resolução para a próxima Assembleia Geral da OEA com um plano de ação para uma agenda interamericana de desenvolvimento social no contexto da Pandemia de Covid-19, abordando o impacto econômico da pandemia e a necessidade de fortalecer as medidas de proteção social com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Ela mencionou que já possui o apoio de diversos países membros, que também reforçaram esse apoio em seus pronunciamentos.

Secretaria Geral

O Dia Mundial dos Refugiados foi celebrado no dia 20 de junho, então a Secretaria Geral da OEA organizou, em conjunto com o Rotary Washington, uma conferência sobre migrantes e refugiados nas Américas no contexto da Covid-19 para discutir desafios e soluções multissetoriais. A conferência foi realizada no dia 23 de junho e teve a participação das Ministras de Relações Exteriores da Colômbia e El Salvador, os Secretários Gerais da OEA e do Rotary International, e representantes de organismos internacionais e sociedade civil, como OIM, Conselho Empresarial da América Latina (CEAL), além de representantes técnicos da OEA e do Rotary Club.

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=AVI-077/20

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Também por ocasião do Dia Mundial dos Refugiados, a CIDH publicou um comunicado aos países membros destacando os desafios para a proteção dos direitos dos refugiados e solicitando que os mesmos tomem medidas urgentes no contexto da pandemia, destacando que emergência sanitária internacional potencializou os riscos já existentes, colocando este grupo em uma situação ainda mais vulnerável. No comunicado, a CIDH reconhece os esforços já exercidos por diversos países da região, destaca o potencial de contribuição de migrantes e refugiados na resposta à pandemia, por exemplo no fortalecimento do pessoal de saúde e de outros serviços essenciais, e insta os países a redobrem seus esforços para a proteção desse grupo.

<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/142.asp>

Além disso, a CIDH também realizou dois webinars como parte das atividades de sua Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à Pandemia de Covid-19. O primeiro foi realizado no dia 16 de junho sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos no contexto da pandemia e o Segundo foi realizado no dia 18 de junho sobre a situação dos direitos das pessoas LGBTI no contexto da pandemia.

http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp

Conselho Permanente (CP)

https://www.facebook.com/watch/live/?v=257966165497744&ref=watch_permalink

O Conselho Permanente (CP) realizou uma reunião extraordinária virtual no dia 24 de junho com a participação de 28 Estados membros. Além de temas administrativos e de acompanhamento, o Conselho discutiu as atividades da Secretaria geral da OEA e as atividades da CIDH em resposta à pandemia.

Sobre o primeiro ponto, foram realizadas apresentações da Secretaria de Segurança Multidimensional da Secretaria Geral e da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (PADF).

A **Secretaria de Segurança Multidimensional** tem focado seus esforços em apoiar os estados membros no desenvolvimento de ferramentas que possam colaborar na resposta da emergência em saúde pública, no desenvolvimento de atividades que permitam focar a atenção nos riscos emergentes, e no levantamento de informação e lições aprendidas em relação às respostas dos países membros.

Dentro desta secretaria, o Departamento contra delinquência organizada transnacional vem adaptando sua forma de trabalho e cooperação e vem analisando as novas manifestações do crime organizado transnacional. Neste sentido, foram realizados dois *webinars*, um sobre a ação do crime organizado nas Américas e como este está se adaptando em suas diferentes modalidades para continuar operando no mundo pandêmico; e outro sobre os riscos emergentes no contexto de sistemas de combate à lavagem de dinheiro contra o financiamento do terrorismo.

Já o Departamento de segurança pública se comprometeu com o desenvolvimento da sessão sobre “desafios da segurança pública na crise de Covid-19” no portal pós-Covid-19 da OEA (<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Consultas/topics/desafios-a-la-seguridad-publica-en-la-crisis-de-covid-19>) com o objetivo de orientar os Estados membros em medidas de prevenção e proteção para os corpos de segurança pública e os sistemas de justiça, já que a pandemia pode levar a uma alteração significativa da ordem pública. Além disso, o departamento realizou dois encontros virtuais com as autoridades de serviços de emergência e segurança da região para discutir como estes estão preparados para lidar com desastres naturais em tempos de pandemia, lembrando que a região está entrando na temporada de furacões. Como resultado destes encontros, foi lançada uma comunidade virtual para os sistemas de emergência e segurança com o objetivo de facilitar o acesso a material de interesse e o uso de ferramentas digitais, com a participação de 40 pontos focais de 20 estados membros. O departamento tem um terceiro encontro com as mesmas autoridades previsto para julho e dois outros encontros marcados, um com autoridades policiais e outro com observatórios de delito.

Ainda dentro do tema de segurança multidimensional, a Secretaria Executiva do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) vem trabalhando ativamente tanto na unidade de controle de fronteiras quanto no programa de segurança turística. Em relação ao último, além da gestão de crises e fortalecimento da cooperação e comunicação entre agências, foram realizados dois *webinars*, sobre segurança turística em tempos de Covid-19 e sobre protocolos de biossegurança para a reativação do turismo. Os Estados membros ressaltaram que esta questão é fundamental para uma recuperação exitosa de muitas das economias da região. Por fim, com a demanda exponencial de serviços digitais, o Programa de Cybersegurança acredita que esta demanda continuará aumentando no mundo pós-pandemia e que é necessário implementar medidas claras para garantir a segurança das populações da região. Neste sentido, foi lançada uma campanha sobre como incrementar a segurança digital durante o trabalho remoto com a publicação de um documento curto com recomendações e hábitos saudáveis no cyberspaço. Foi lançado também o Programa OEA-CISCO (<https://www.oas.org/es/sms/cicte/cursos-cisco/>), que é uma iniciativa que terá dois cursos online para a capacitação de mais de 100 mil estudantes na região, e a criação de um fundo de 150 mil dólares para o financiamento de projetos de inovação em cybersegurança na América Latina. Por fim, foi realizado um encontro com jovens para discutir adaptação digital e diversos *webinars* sobre cybersegurança e trabalho remoto.

Finalmente, a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o controle de abuso de drogas vem atuando para garantir o cuidado e proteção de pessoas em tratamento por consumo de substâncias, assim como fornecedores de serviços em centros de tratamento, desenvolvendo iniciativas virtuais de disseminação de informação e intercâmbio de experiências no contexto da pandemia. A Secretaria publicou um documento de recomendações sobre a Covid-19 e o tratamento para consumo de drogas, levando em consideração temas essenciais durante a emergência, incluindo pessoas que prestam serviços para as populações em situação de rua e os profissionais de saúde. Além disso, a Unidade de Redução de Oferta elaborou um curso regional sobre investigação contra as drogas e análises de inteligência estratégica operacional, com o fim de fortalecer as respostas coordenadas e inovadoras contra o narcotráfico em suas diversas formas durante a pandemia. A Unidade desenvolveu também um questionário para levantar informação sobre os principais esforços que as agências de controle estão realizando para evitar o narcotráfico por via marítima e os desafios enfrentados. E o Observatório Interamericano sobre drogas está trabalhando com os Estados membros para levantar informação sobre o impacto da pandemia sobre o consumo de drogas e orientar os países sobre possíveis metodologias e fontes de dados que possam ser úteis.

Por sua vez, a apresentação da **Fundação Pan-Americana do Desenvolvimento (PADF)** focou na preparação para o mundo pós-pandemia com o objetivo de ajudar a refletir sobre algumas das mudanças profundas que estamos vivendo, como o tremendo impacto socioeconômico no setor informal, a aceleração da interação com o meio ambiente e eventos naturais, e a digitalização e a tecnologia, que já transformaram a forma como trabalhamos, mas estima-se que essa transformação aconteça também na forma como vivemos. Cabe destacar a menção à importância de combater a desigualdade na região e fortalecer políticas focadas na prestação de serviços básicos de saúde, na participação comunitária tanto no cumprimento de medidas não farmacológicas como na identificação de casos e rastreamento de contatos, na articulação de uma campanha de comunicação clara e abrangente, e na proteção de grupos em situação vulnerável.

Já a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** fez um breve resumo das atividades realizadas em 2019, uma atualização da execução do orçamento e do Plano Estratégico 2017-2021, e um balanço das atividades em resposta à pandemia, destacando o estabelecimento da Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) em março e todas as atividades desenvolvidas pela mesma, como a elaboração da Resolução 01/2020 sobre a Pandemia e Direitos Humanos, a criação do site, e os comunicados e recomendações com atenção diferenciada a grupos em situação vulnerável.

Os estados membros reconheceram o papel da OEA na resposta à pandemia na região, ressaltaram a necessidade de uma esforço regional encarando juntos os problemas e desafios comuns e a importância do intercâmbio de informações e lições aprendidas.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Além da participação na reunião do Conselho Permanente, a CIDH também realizou um webinar no dia 25 de junho como parte das atividades de sua Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à Pandemia de Covid-19. O evento foi sobre temas considerados fundamentais pelo sistema interamericano de direitos humanos para a pandemia, detalhados abaixo:

- Direito a liberdade
- Acesso a justiça
- Estados de exceção, liberdades fundamentais e estado de direito
- Direito a defender os direitos
- Vulnerabilidade intersetorial e as distintas formas de discriminação
- Privação de liberdade
- Foco de direitos humanos nas políticas públicas

http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp

Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 01 a 07 de julho de 2020)

Luana Bermudez

Na primeira semana de julho, a Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou diversos webinars em seus diferentes âmbitos.

Secretaria geral

<https://www.oas.org/ext/en/main/covid-19/Virtual-Forums>

No âmbito da Secretaria Geral, foram realizados 2 webinars. No dia 01 de julho foi realizado um Fórum de Jovens das Américas para discutir o papel e as perspectivas da juventude em relação à Covid-19. Este foi o 41o entre o Secretário geral e milhares de jovens, representados por alguns jovens líderes, representantes de organizações e redes juvenis como porta-vozes, e teve como objetivo unir as observações e recomendações de jovens relacionados com o tema. Os temas discutidos no evento foram a recuperação econômica e o empreendimento; os sistemas de saúde e o acesso a informação de qualidade; grupos vulneráveis e igualdade de gênero; o papel da juventude e educação; os efeitos da mudança climática no Caribe; desenvolvimento econômico, social e emprego digno; juventude e ODS; participação de jovens e inclusão cidadã; e resposta e postura dos jovens nas Américas.

No tema de sistemas de saúde e acesso a informação, foi destacada necessidade de desenvolvimento de políticas de saúde através de plataformas abertas e colaborativas para ajudar a lidar com situações de ansiedade, incerteza e convívio familiar, além de estratégias de comunicação inclusivas sobre saúde mental para populações indígenas, com o objetivo de evitar o estigma. Neste sentido, a juventude exige que os estados membros:

- 1- 1 – Dupliquem o esforço para proteger a vida de profissionais de saúde que estão na linha de frente da pandemia
- 2- Garantam a transparência nos processos de compras e aquisições públicas e velem pelo acesso adequado a medicamentos e insumos
- 3- Incrementem os recursos orçamentários para saúde pública, incluindo equipamentos e insumos necessários para acondicionar as instalações hospitalares

Em relação à informação de qualidade, um tema que surgiu nos diálogos entre os jovens foi a questão da histeria coletiva com um alto nível de descontrole desencadeada pela desinformação e pelas Fake News que causam incerteza na sociedade. Neste sentido, foi proposto:

- 1- Criação e articulação de plataformas de informação e metodologias simples para combater a desinformação
- 2- Organização de reuniões com especialistas em informação jornalística e juventudes que combatam a desinformação que impacta negativamente a sociedade e as economias
- 3- Estratégias para fazer chegar informação clara e verdadeira aos lugares mais remotos buscando emitir mensagens de acordo com as necessidades locais com ferramentas de comunicação e difusão confiáveis para crianças, jovens e adultos

Cabe destacar também a discussão sobre grupos em situação vulnerável e gênero, onde ressaltou-se que a Covid-19 afeta majoritariamente e de maneira diferenciada as juventudes

afrodescendentes, indígenas, com deficiências, mulheres, LGBTQI+, em situação de mobilidade em situação de detenção, resultando no aumento da pobreza nestes grupos.

grupos vulneráveis. Além disso, foi mencionado o aumento da violência baseada em gênero durante o isolamento social e que a resposta das instituições dos estados membros no marco da pandemia foram insuficientes para atender a necessidade das juventudes. Neste sentido, as organizações juvenis propõe:

- 1- Fortalecer os registros administrativos dos sistemas de saúde para aumentar a capacidade de resposta dos Estados que beneficiem as juventudes em situação de vulnerabilidade
- 2- Fomentar a participação da jovens mulheres na política, espaços de tomada de decisões, academia, organismos internacionais, setor privado, além de fomentar sua participação em espaços de formação para seu empedramento na sociedade
- 3- Consultar e incluir as juventudes a partir de um enfoque intercultural e interseccional nos planos de resposta a pandemia e seus efeitos, para garantir o desenvolvimento laboral e o acesso a educação das juventudes das américas
- 4- Reconhecer os direitos das juventudes LGBTQI+ e suas contribuições ao desenvolvimento da sociedade
- 5- investir em programas e projetos que reduzam o racismo, a corrupção e a desigualdade e seus custos associados que afetam grupos em situação vulnerável e pobreza multidimensional

Por fim, as organizações juvenis se comprometeram a contribuir com os esforços colaborativos entre os estados membros e parceiros para alcançar uma sociedade com garantia de direitos humanos, promover a equidade em saúde, combater a doença, melhorar a qualidade e prolongar a vida dos povos das américas.

<https://www.facebook.com/135347593194969/videos/2675555339384385>

Além disso, no mesmo dia também foi realizado um webinar sobre a operação de um sistema nacional de alerta precoce, e no dia 07 de julho foi realizado um webinar sobre Desafios legais enfrentados pelo Caribe no contexto da pandemia do COVID-19, que foi a nona sessão do fórum virtual semanal Direito interamericano em tempos de pandemia.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

A CIDH também realizou um webinar no dia 02 de julho como parte das atividades de sua Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à Pandemia de Covid-19. O evento foi sobre Memória, Verdade e Justiça no contexto da pandemia.

http://www.oas.org/es/cidh/sacroi_covid19/webinars.asp

Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 08 a 14 de julho de 2020)

Luana Bermudez

Esta semana a Secretaria Geral da OEA publicou um “Guia para organizar as eleições em tempos de pandemia” elaborado com o apoio da OPAS, com o objetivo de fornecer aos países membros recomendações de medidas para a realização de eleições seguras e reduzir o risco de transmissão de Covid-19 a todos os participantes.

O documento está dividido em três partes:

1. Um resumo das medidas sanitárias recomendadas pelos organismos internacionais competentes para a mitigação e controle do SARS-CoV-2.
2. Diretrizes gerais para a realização de eleições no contexto da pandemia.
3. Propostas de medidas específicas organizadas em seis componentes:
 - a. Organização e administração eleitoral
 - b. Uso da tecnologia
 - c. Participação e inclusão
 - d. Campanha eleitoral
 - e. Comunicação
 - f. Votação e contagem de votos



Fonte: Guia para organizar eleições em tempos de pandemia.

http://www.oas.org/documents/spa/press/OEA-guia-para-organizar-elecciones-en-tiempos-de-pandemia.pdf?fbclid=IwAR0iB0DvtGPTyWplEei6RnmV6UgQYvcM_Zq_nlGYTn1PISiLasV4noW5qPc

O documento identifica quatro fatores imprescindíveis para a avaliação e a tomada de decisão em relação às eleições do país:

1. Condição de saúde
 - A decisão deve ser tomada a partir de uma avaliação de risco rigorosa, levando em consideração estudos, relatórios, projeções e recomendações dos órgãos de saúde competentes e atores envolvidos na resposta do país a pandemia.
2. Marco jurídico
 - Se for decidido pelo adiamento das eleições, esta decisão deve ser tomada com base nos procedimentos legislativos formais garantindo a segurança jurídica e aos direitos políticos dos cidadãos.
3. Acordos políticos
 - É importante que a decisão seja tomada com base em uma ampla consulta com os setores políticos do país, com o objetivo de evitar desconfiâncias políticas.
4. Data
 - É crucial definir um novo cronograma eleitoral.

Cabe destacar que, com a possibilidade de ondas epidêmicas intercaladas com períodos de baixo nível de transmissão, não é possível prever a evolução da pandemia a longo prazo. Sendo assim, o documento destaca a necessidade de seguir as medidas de saúde pública em todas as medidas e atividades propostas dentro dos seis componentes.

http://www.oas.org/documents/spa/press/OEA-guia-para-organizar-elecciones-en-tiempos-de-pandemia.pdf?fbclid=IwAR0iB0DVtGPTyWplEej6RnmV6UqQYvcM_Zq_nlGYTn1PISiLasV4noW5gPc

Como parte dos esforços para reduzir o impacto econômico e social da pandemia, a OEA assinou um acordo de cooperação com o Governo do Equador para implementar um plano de digitalização de micro, pequenas e médias empresas. O plano foi feito por meio de uma parceria da OEA com a empresa KOLAU, que é uma empresa de marketing digital parceira do Google. Ele está disponível para empresas de todos os setores e permite que elas construam sites dinâmicos articulados com as plataformas do Google. Até o momento, o plano foi implementado em nove países da região (Chile, Colômbia, El Salvador, Paraguai, Jamaica, Honduras, Costa Rica, Guatemala e México) e beneficiou mais de 65 mil empreendedores.

https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-072%2F20&fbclid=IwAR2q0pHMZo4b0OINSViXiWgGz4ekeMwAPlq2O8_F2u5IUBKtO_7M8ud9if0

Além disso, a Secretaria Geral também organizou 3 webinars:

- 09/07 - Violência contra a mulher e medidas para conter a disseminação da Covid-19
- 10/07 - Democracia e Direito Interamericano - Sessão especial do fórum virtual semanal Direito interamericano em tempos de pandemia
- 13/07 - Melhorando o acesso ao crédito pós-Covid-19 - Décima sessão do fórum virtual semanal Direito interamericano em tempos de pandemia

Por fim, é importante ressaltar que os Estados Unidos assumiram a presidência do processo da Cúpula das Américas, encontro que reúne chefes de Estado dos países do continente americano. A primeira Cúpula das Américas teve lugar em 1994, também sob a presidência dos Estados Unidos, que na ocasião propuseram a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Durante a cerimônia de transferência da presidência do Peru para os Estados Unidos, Michael Kozak, Secretário Assistente Interino para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos Estados Unidos, destacou a agenda do país para restaurar a economia global pós-pandemia e mencionou que a defesa da democracia será a prioridade, falando especificamente que focará esforços nos regimes da Venezuela, Nicarágua e Cuba.

<https://www.facebook.com/events/276494506909659>

Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 15 a 22 de julho de 2020)

Luana Bermudez

A Secretaria Geral segue promovendo diversos webinars. Esta semana foram realizados os seguintes eventos:

17/07 - O papel da sociedade civil e do setor privado no combate à corrupção

(11ª sessão do fórum virtual semanal Direito interamericano em tempos de pandemia)

20/07 - Violência contra as mulheres e medidas para conter a disseminação da COVID-19

20/07 - O papel dos facilitadores judiciais nos tempos de COVID-19

23/07 - Principais eventos esportivos: visão geral e perspectivas após a COVID-19

<https://www.oas.org/ext/en/main/covid-19/Virtual-Forums>

Além disso, no dia 16 de julho foi realizada uma Sessão Especial da XLVIII Reunião do Grupo de Expertos para o Controle da Lavagem de Ativos (GELAVEX) com o objetivo de garantir que esse tipo de delito não aumente durante e depois da pandemia, para que assim os Estados membros possam focar sua atenção em resolver a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de Covid-19.

http://www.cicad.oas.org/Main/AboutCICAD/Activities_spa.asp?IE=US00108

Cabe destacar também a realização de um Conversatório entre o Secretario Geral da OEA, Dr. Luis Almagro, e o Dr. Axel Kaiser, escritor e cientista político chileno sobre os desafios da região no contexto da pandemia. Ambos concordaram que a pandemia exacerbou problemas estruturais de ordem econômica e social nos países a América Latina, como pobreza, corrupção e políticas públicas deficientes. Lembraram que vivemos no continente mais desigual do mundo, e que com a pandemia as vulnerabilidades foram expostas e os níveis de desigualdade são um imposto altíssimo para nossas democracias.

Kaiser ressaltou que a questão entre saúde e economia levantada por muitos na resposta a pandemia se trata de uma falsa dicotomia e Almagro destacou a necessidade de políticas públicas transversais e interinstitucionais. Além disso, destacou-se a necessidade de eficiência em todos os níveis políticos e de responsabilidade cidadã para que as melhores políticas deem os melhores resultados. Os dois concordam que os cidadãos devem ser empoderados com o objetivo de contribuir na solução dos problemas comuns.

Por fim, Almagro reiterou a importância da proteção e priorização do direito à saúde, lembrando que este deve ser visto como uma questão de ordem pública.

<https://www.facebook.com/OEAoficial/videos/731797230887504>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Na última semana, a CIDH terminou no dia 15/07 seu 176º Período de Sessões, que foi realizado pela primeira vez de maneira virtual. Na ocasião, foram realizadas 34 reuniões de trabalho e 22 reuniões bilaterais, onde foram analisados temas relacionados as petições, casos e medidas cautelares, seguimento de recomendações, além do monitoramento da situação de direitos humanos na região, especialmente relacionadas ao impacto da Covid-19.

Foram realizadas também 3 reuniões sobre a situação dos direitos humanos na região no contexto da pandemia, com a participação de mais de 100 representantes de organizações da sociedade civil dos seguintes países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Estados Unidos, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/167.asp>

Resposta da OEA à COVID-19 (Semana de 23 a 28 de julho de 2020)

Luana Bermudez

Secretaria Geral

A Secretaria Geral publicou um documento apresentando propostas para melhorar a situação de migrantes e refugiados da Venezuela durante a pandemia. O documento foi elaborado em conjunto com a Coalizão pela Venezuela, que é composta por um conjunto de cerca de 60 organizações da sociedade civil que dão assistência para venezuelanos em 23 países da região. Ele é o resultado de treze reuniões entre o Escritório da SG para a Crise de Migrantes e Refugiados Venezuelanos e a Coalizão.

O documento ressalta a necessidade que os Estados membros criem políticas de assistência adequadas que permitam à população de migrantes e refugiados venezuelanos se integrar de maneira estável e segura à dinâmica social e econômica dos países. Neste sentido, o documento apresenta 9 recomendações na área da saúde, 5 de educação, 9 de emprego ou outros meios de subsistência, 6 de segurança alimentar, outras 6 relacionadas à necessidade de proteção e 4 na área de habitação.

Dentre as recomendações de saúde, destaca-se a necessidade de adotar medidas para facilitar o acesso destas populações aos serviços de atenção primária, a elaboração de programas específicos para a população migrante e refugiada, a realização de campanhas de conscientização e prevenção e a criação de centros de saúde em lugares de maior concentração de migrantes, entre outros.

http://www.oas.org/documents/spa/press/Propuestas-OEA-y-Coalicion-por-Venezuela_esp.pdf?fbclid=IwAR0juRaPsTXwbOXy1PM9-1BKCPN_U--chqCSf9ikydeFTOVYoaLOKbg3dbw

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A Comissão Interamericana de Mulheres lançou um documento sobre a violência contra as mulheres em relação às medidas destinadas a reduzir a propagação da Covid-19. O documento tem como objetivo o fortalecimento das capacidades dos Estados membros e o fornecimento de informações inovadoras para a elaboração de planos, programas e políticas públicas para o combate e prevenção da violência contra meninas e mulheres. Ele é o resultado de uma série de reuniões promovidas pela CIM tanto com a sociedade civil, quanto com expertos e altas autoridades dos Estados membros, além de análise de notícias da mídia e alertas de entidades públicas e privadas sobre o aumento da violência contra mulheres durante a pandemia. O documento identifica novos padrões de violência que surgiram com as medidas de confinamento e distanciamento social implementadas para controlar a propagação do SARS-CoV2 e estabelece recomendações para a prevenção e combate a violência.

<https://www.oas.org/es/cim/docs/COVID-19-RespuestasViolencia-ES.pdf>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

A CIDH adotou no dia 27 de julho a Resolução No. 4/2020 intitulada “Direitos Humanos das Pessoas com Covid-19”, elaborada novamente no âmbito da Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI-COVID19). Desta vez, o objetivo da resolução é fornecer um conjunto de diretrizes para apoiar os Estados membros na implementação de ações de proteção do direito à saúde de pessoas com Covid-19.

A resolução conta com 52 diretrizes em distintas áreas como a proteção do direito à saúde; proteção ao consentimento livre e esclarecido, igualdade e não discriminação; proteção do direito à vida em políticas públicas, recursos e cooperação; intervenção de atores privados e empresas do setor saúde; acesso à informação; privacidade e uso de dados pessoais de pessoas com Covid-19; proteção dos trabalhadores de saúde da linha de frente; proteção de outros direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; acesso à justiça; e o luto e os direitos dos familiares das vítimas de Covid-19.

Dentre as 52 diretrizes, 17 são sobre a proteção do direito à saúde. Destaca-se o dever do Estado na garantia de acessibilidade de suas populações a medicamentos, vacinas, bens e tecnologias médicas essenciais para prevenir e tratar a Covid-19. Além disso, destaca-se o direito de populações indígenas e tribais a receber uma atenção com enfoque intercultural, levando em consideração os cuidados e práticas curativas e as medicinas tradicionais desses povos.

Por fim, cabe ressaltar que o documento reitera a importância do enfoque intersetorial e multidisciplinar na abordagem da crise, sempre sob a perspectiva da indivisibilidade dos direitos humanos.

<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-4-20-es.pdf>

Além da resolução, a CIDH também publicou duas notas. A primeira sobre o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado no dia 25 de julho, onde a Comissão faz um chamado aos países para que adotem medidas especiais para erradicar a discriminação de mulheres afrodescendentes no contexto da pandemia. A nota ressalta o fato de que a pandemia aprofundou a desigualdade estrutural sofrida pelas mulheres e meninas negras da região, o que é consequência histórica da escravidão, colonização e os padrões de discriminação racial que estão enraizados nas instituições. Sendo assim, além das medidas para erradicar a discriminação, a CIDH também reitera a necessidade de implementação de planos de apoio financeiro e políticas de saúde específicas para mitigar os efeitos da pandemia e garantir o pleno acesso à saúde.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/177.asp>

Já, a segunda nota foi sobre a preocupação com a restrição de direitos de pessoas migrantes e refugiadas nos EUA no contexto da pandemia, já que a ordem de suspensão de entrada de estrangeiros no país, emitida pelo CDC, dificultou o acesso por requerentes de asilo e migrantes aos mecanismos de proteção apropriados.

Estima-se que um alto número de pessoas requerentes de asilo e com necessidades especiais foram deportadas sob procedimento acelerado, sem chegar aos centros de recepção das

patrulhas de fronteira. Além disso, de acordo com dados oficiais do Serviço de Proteção Alfandegária e de Fronteiras dos EUA, cerca de 70 mil pessoas foram expulsas através de da fronteira sudoeste do país. Foi mencionado também o fato de mais de mil crianças e adolescentes migrantes terem sido removidas do país e um grande número estavam detidas há semanas em centros de detenção administrados pelas autoridades alfandegárias, onde milhares de detidos estavam contraindo Covid-19.

Neste sentido, a CIDH menciona a resolução No 01/2020 sobre Pandemia e Direitos Humanos e outras comunicações sobre o assunto como um guia importante para que os Estados cumpram suas obrigações na proteção dos direitos dessas populações vulnerabilizadas.

<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/179.asp>